

Discursos autorizados e discursos rebeldes no futebol brasileiro¹

Simoni Lahud Guedes

Universidade Federal Fluminense

Resumo

O futebol é uma prática social geradora da produção contínua de interpretações e avaliações situadas, simultaneamente, dentro e fora das quatro linhas. No Brasil, o discurso jornalístico é parte constituinte deste fenômeno social, compondo-o pelo menos desde a década de 1920. Neste texto, são apontadas algumas características do discurso jornalístico além da crescente produção acadêmica sobre o tema, que competirá pela “fala autorizada” sobre o futebol no Brasil. Busca-se, ainda, acentuar alguns discursos “dissonantes”, particularmente de jogadores.

Abstract

Football (Soccer) is a social practice that generates the continuous production of interpretations and positioned evaluations, simultaneously on as well as off the playing field. In Brazil, the discourse of sports commentary is a founding aspect of this social phenomenon, at least since the 1920's. This text highlights some of the typical features of this kind of journalism as well as the growing academic production on this subject, which competes to be an "authorized spokesman" on Brazilian football (soccer). Dissenting discourse, especially that produced by players themselves, will also be brought into discussion.

Compreendendo o futebol, no Brasil, como um dos significantes mais importantes no processo de construção da identidade nacional brasileira e, por essa via, como um campo de debates através do qual muitas de nossas questões são elaboradas, procuro destacar, neste texto, o que estou denominando os discursos autorizados e os discursos rebeldes sobre este esporte no Brasil. Busco, assim, de um lado, situar o discurso jornalístico que, na verdade, é um dos elementos constituintes deste fenômeno social brasileiro, compondo-o pelo menos desde a década de 1920, e a produção mais recente de um discurso acadêmico que competirá pela "fala autorizada" sobre o futebol no Brasil. E, de outro lado, busco demarcar os discursos rebeldes, particularmente de jogadores, surgidos dentro do espaço do futebol.

Para isso, considero importante expor, resumidamente, minha visão de qual é o papel deste esporte na construção da identidade nacional brasileira. Em seguida, trato de uma das dimensões da “discutibilidade” do futebol (Bromberger, 1995; 1998) que poderíamos chamar a sua “textualização”. Nessa direção, serão feitas algumas observações sobre os discursos acadêmicos e jornalísticos no futebol no Brasil. E, finalmente, busco apontar, através dos discursos de alguns jogadores rotulados como “rebeldes”, as disputas que se configuram neste campo.

O futebol como fenômeno social: porque Guga não fez do Brasil o “país do tênis”

Se, decerto, não somos brasileiros apenas no campo de futebol, é nesse espaço social e nas suas extensas repercussões simbólicas que construímos, ao longo do século XX, vigorosas representações coletivas sobre a brasilidade que têm sido elaboradas através da dissensão e do debate, guardando, entretanto, uma espantosa continuidade em relação ao elenco de questões que nos interessa debater. Através do futebol avaliamos e discutimos identidade e honra nacional, composição étnica do povo brasileiro, virilidade e masculinidade, força, fraqueza, coragem, covardia, solidariedade... A história do futebol no Brasil, que é simbolicamente representada como estando acima e fora da “História” (Guedes, 2000), repercute, de fato, os diferentes dilemas e conflitos que atravessaram a sociedade ao longo do último século, transfigurando os personagens e episódios esportivos em metáforas de nossa estrutura sócio-política.

Embora apenas um dos *sports* criados na Inglaterra no século XIX, o futebol teve uma difusão ímpar, em apenas algumas décadas, no mundo inteiro, consolidando-se ao final do século XX, indubitavelmente, como o que é praticado e assistido pelo maior número de pessoas. No caso brasileiro, reconhece-se o ano de 1894 como sua data canônica de nascimento. Neste ano, à parte algumas referências sobre outras possibilidades anteriores, a versão consagrada é a que atribui sua introdução a Charles Miller, um brasileiro, paulista, filho de ingleses. Charles Miller retorna de seus estudos na Inglaterra trazendo, em sua bagagem, duas bolas de futebol e um livro das regras, acordadas já há algum tempo, desde 1863, pelos praticantes ingleses (ver, entre outros,

¹ Parte deste texto recupera questões que desenvolvi em artigo produzido para o livro “500 anos de Brasil na Biblioteca Nacional”, 2001.

Santos, 1981). Inicialmente restrito ao lazer dos jovens ricos, que tinham tempo livre e buscavam construir seus corpos e mentes através das modernas práticas esportivas, construindo também assim sua distinção, o futebol difunde-se amplamente nas duas décadas seguintes, tornando-se conhecido e praticado por todas as classes sociais. Consolida-se, particularmente a partir da década de 1930, como uma das principais referências sobre o Brasil e os brasileiros. Neste processo de popularização devem, certamente, ser considerados como elementos fundamentais, não casualmente surgidos neste mesmo período, a criação de uma imprensa esportiva (Lopes, 1994) e sua apropriação como um dos elementos capazes de forjar o “homem novo”, necessário ao regime então vigente (Souza, 2001).

Contudo, por mais específica que seja a história do futebol no Brasil, é relevante constatar que, vista em comparação com o processo de introdução e difusão desta prática esportiva em várias outras partes do mundo, registram-se notáveis semelhanças nas suas linhas gerais. Trata-se, de fato, de um processo mundializado que, afinal, no decorrer do século XX, acabou transformando o futebol numa espécie de linguagem universal². Não obstante, é preciso enfatizar que, tal como outras instituições amplamente disseminadas, a apropriação do futebol é, sempre e em todos os casos, peculiar, permitindo que incorpore simbolicamente as contingências históricas e as especificidades da cultura que o abriga. A prática do futebol, onde quer que se realize - na várzea, na rua, nos estádios mais sofisticados - coloca em ação um conjunto complexo de atores, especialistas e não especialistas, mas, mais do que isso, produz e reproduz significados, idéias, valores e crenças plenamente inseridos no processo sócio-cultural da sociedade ou parte da sociedade que o realiza, como nos lembra Roberto DaMatta (1982). Esta propriedade faz com que, em cada caso, assumam feições próprias, registrando-se uma dialética complexa entre a história do futebol e a história da sociedade na qual é praticado.

Uma das dimensões importantes do futebol, no caso brasileiro, é a sua transformação em esporte nacional ou seja, aquele que é praticado e acompanhado pelo maior número de pessoas mas, principalmente, aquele que conserva o poder de

² Ver, por exemplo, vários artigos reunidos por Remi Lenoir e outros na revista *Sociétés et représentations*, 1998.

representar a brasilidade. Por uma série de circunstâncias históricas³, concentramos, nesta específica prática desportiva uma potencialidade representacional – em outros termos, o lugar de significante privilegiado – só comparável a de outros significantes que elegemos para representar nossa identidade nacional (o samba, as religiões afro-brasileiras, o *jeitinho*). E é na forma como construímos a memória sobre os diferentes esportes no Brasil que é possível perceber o resultado da atuação conjunta de uma série de fatores. Nossa memória sobre o futebol seleciona e incorpora como significantes todos os desempenhos, em especial aqueles do selecionado nacional. Utilizamos as vitórias e glórias tanto quanto as derrotas e dramas como material para o debate sobre “o que nós somos”. Esta opção fica muito evidente quando comparamos nossas avaliações sobre os desempenhos no futebol com as avaliações que fazemos dos outros esportes. Com efeito, produzimos continuamente um silêncio absoluto sobre o desempenho dos brasileiros nos outros esportes, só quebrado em eventuais vitórias internacionais retumbantes. Neste caso, assumimos imediatamente a identificação coletiva: podemos fazê-lo com pilotos de automóveis, com times de vôlei, com cavaleiros, com tenistas. Tudo é possível desde que sejam e permaneçam vitoriosos. Até aqui, não se registra qualquer outro esporte, além do futebol, que seja simbolicamente considerado também em suas derrotas como representando aspectos da brasilidade.

Por isso representamos o Brasil como o “país do futebol”. Trata-se de uma escolha cultural. Por isso, apesar do seu retumbante sucesso internacional por vários anos, nosso Guga não nos transformou no “país do tênis”. Enquanto continuou vitorioso nas quadras internacionais forneceu amplo material para pensarmos sobre nós mesmos⁴. Deixando de vencer e não sendo substituído por outro “herói”, esquecemos rapidamente que, um dia, tivemos o número 1 do tênis mundial.

³ Esta “escolha cultural” resulta da atuação conjunta e simultânea de vários fatores: características do próprio futebol que o tornam de fácil apreensão, não exigindo habilidades físicas específicas dos seus praticantes ou investimentos materiais muito complexos; interesse internacional por seus resultados; possibilidade de “reinterpretação” que, no caso brasileiro, correlacionou desempenhos específicos com tradições populares, como a capoeira; criação e fortalecimento de uma imprensa que passou a alimentar com material extenso todas as leituras sobre os eventos; apropriação, pelo Estado, na década de 1930, do futebol como um dos elementos passíveis de construir uma identidade nacional brasileira.

O campo de futebol como campo de debates: sua “discutibilidade”

Este lugar de “esporte nacional” implica numa característica importante: os eventos ligados ao futebol sempre ultrapassam as quatro linhas do campo. Embora esta seja uma característica dos esportes em geral, fica muito evidente, no caso brasileiro, que tão importante quanto praticar ou assistir aos jogos é falar sobre eles. Ele exige debates, discussões, avaliações, posicionamentos. Sob tal perspectiva, o campo de futebol é, também e principalmente, um campo de debates. É neste contexto que têm sido elaboradas e reelaboradas importantes representações coletivas sobre a brasilidade, sobre o que nos une e o que nos divide.

Lugar fundamental nestes debates tem sido ocupado pela imprensa esportiva no rádio, nos jornais, revistas e periódicos e, a partir da década de 1950, pela televisão⁵. São frequentes e esperadas as inúmeras ilações feitas, pelos jornalistas, nas leituras dos eventos futebolísticos. Leituras que transformam personagens e episódios esportivos em metáforas de nossa ordem social, introduzindo assim, nos textos e imagens que divulgam o mundo do futebol, episódico e efêmero por natureza, dimensões que o transcendem e o eternizam.

O futebol transforma-se, assim, num drama social, do qual, poderíamos dizer, com Bromberger (1995), que pode ser lido como um “drama filosófico” exatamente por prestar-se a interpretações e reinterpretações contínuas, constituindo-se, antes de tudo, num fenômeno cujos eventos são “discutíveis”. Se esta é uma característica mais geral do futebol, são, contudo, peculiaridades de cada espaço social específico os valores e idéias que são colocados em jogo, as formas assumidas pela discussão e os interlocutores admitidos ao debate. O jogo de futebol implica, portanto, numa outra disputa, a disputa sobre os “discursos autorizados”, sobre quem tem o direito de interpretá-lo. Esta é, sem dúvida, uma disputa mais densa e complexa do que a que se passa nos gramados.

Sob tal ponto de vista, há que se destacar dois aspectos: primeiro, a importância do jornalismo esportivo na construção deste campo de debates no Brasil (LOPES, 1994,

⁴ Aliás, no caso de Gustavo Kuerten, este material era extremamente significativo dada sua ascendência alemã contrastada com sua enorme empatia com o público.

⁵ O cinema tem, também, uma participação muito mais importante do que se imaginava. Alguns dos filmes brasileiros sobre o tema foram analisados em Melo & Alvito (2006).

Guedes, 1998, Murad, 2000). Segundo, a entrada tardia dos acadêmicos (principalmente, antropólogos, historiadores e sociólogos, nesta ordem) nestes debates.

A imprensa (falada, escrita, televisada) produz, de fato, as leituras autorizadas dos eventos que ocorrem no futebol, muitas vezes, consagrando determinadas versões. Trata-se de um “discurso de autoridade” cuja especificidade, como diz Bourdieu (1996, p. 91), “reside no fato de que não basta que ele seja *compreendido* (em alguns casos, ele pode inclusive não ser compreendido sem perder seu poder), é preciso que ele seja *reconhecido* enquanto tal para que possa exercer seu efeito próprio”. A produção simultânea de um corpo de especialistas, de peritos, na produção dos textos e imagens que cercam o futebol é, pois, parte fundamental deste fenômeno multidimensional.

A imprensa esportiva brasileira trabalha, basicamente, com três tipos de textos, desigualmente ilustrados por imagens fotográficas e desenhos: as reportagens, as entrevistas e as crônicas. Deve-se observar que as crônicas esportivas, textualização fundamental de interpretações sobre os eventos ligados ao jogo, no caso brasileiro, não têm sido produzidas exclusivamente por jornalistas profissionais, envolvendo uma série de poetas e escritores como, por exemplo, Carlos Drummond de Andrade e Nelson Rodrigues e, na atualidade, Luiz Fernando Veríssimo e João Ubaldo Ribeiro. Provavelmente um dos casos mais famosos nesta direção seja o de José Lins do Rêgo que, segundo Maurício Murad (1996), escreveu 1571 crônicas sobre futebol para o *Jornal dos Sports*, de 1945 a 1957, ano de sua morte (cf. também Antunes, 2004).

É fundamental destacar, contudo, para a melhor compreensão deste campo intelectual, que, mesmo incorporando intelectuais não especialistas, a imprensa esportiva produz seus próprios peritos - como João Saldanha, Sandro Moreira, Armando Nogueira, João Máximo - que são, de fato, os que têm o reconhecimento como intérpretes desta prática. São, neste sentido, “definidores de realidade” (Berger e Luckmann, 1973), que legitimam e emprestam credibilidade a determinadas interpretações dos eventos ligados ao futebol, ou seja, dito de outro modo, dispõem da “linguagem autorizada” sobre futebol, como afirma Bourdieu, sendo amplamente reconhecidos como detentores desta autoridade, o que os credencia como mediadores privilegiados entre o espetáculo, em todas as suas nuances e desdobramentos, e o público.

Muito desta autoridade apóia-se, justamente, na atuação destes produtores intelectuais no futebol, na sua participação como atores deste campo e como testemunhas que, por esta via, presenciam e registram – como uma espécie de modernos “escribas” – os “fatos” de que dão conta. É instrutivo, sob tal perspectiva, destacar, particularmente, duas obras que são verdadeiros ícones para todos os que buscam uma compreensão mais densa e profunda do Brasil através do futebol, ambas produzidas a partir de crônicas publicadas primeiro em jornais e versando sobre eventos para os quais os autores reivindicam o lugar de “testemunhas”. Refiro-me aos trabalhos de Thomaz Mazzoni (Olimpicus), “História do Futebol no Brasil – 1894-1950”, publicado em 1950, pela editora paulista Edições Leia, e de Mário Rodrigues Filho, “O Negro no Futebol Brasileiro”, publicado em primeira edição em 1947, pela carioca Pongetti, com segunda edição aumentada em 1964 pela Civilização Brasileira.

A academia, ao contrário, relutou – e, de certo modo, ainda reluta em alguns de seus setores – em incorporar o futebol como objeto de seu discurso. Quase se podia contar nos dedos, até a década de 80, os trabalhos acadêmicos que tinham o futebol como tema. Mesmo considerado como “paixão nacional”, o futebol, assim como os outros esportes, não ocupava nenhum dos domínios sociais privilegiados pelos cientistas sociais: não estava no centro da economia, da política ou da sociedade brasileira. Ocupava, junto com uma série de outras manifestações consideradas de modo preconceituoso como “meramente culturais”, um lugar residual na reflexão dos cientistas sociais.

Nas últimas décadas, este panorama mudou substancialmente. Multiplicam-se os trabalhos acadêmicos sobre futebol, envolvendo todos os seus aspectos. A academia passa a produzir um outro discurso de autoridade, um discurso que se legitima pela sua própria origem acadêmica, pelos signos que, na tradição ocidental, vêm marcando tal instituição: a universidade, ou seja, o lugar de onde é produzido e a chancela de ciência ou de saber erudito de que se cerca.

A coexistência de discursos de autoridade distintos, que se legitimam distintamente não é sem problemas. Há acusações e desqualificações mútuas. Assistimos, de certo modo, a uma disputa inédita. Com objetivos, fundamentações e formas de textualização distintas, mas colocando-se como intérpretes dos mesmos personagens e eventos, jornalistas e acadêmicos, constroem acordos e desacordos.

Poderíamos hoje classificar amplamente os textos produzidos sobre o futebol no Brasil em três grandes categorias: a primeira, recobrando aqueles nítida e claramente com objetivos jornalísticos; a segunda, dos textos acadêmicos que respondem a problemáticas sociológicas; a terceira, esta mais complexa, em que o texto jornalístico é, também, de pleno direito, uma interpretação sociológica ou utiliza-se das técnicas desenvolvidas na história e nas ciências sociais para a construção dos seus dados. Um exemplo dos mais marcantes nesta direção é o livro de Rodrigues Filho citado acima, alvo, recentemente, de acirrada e ácida polêmica (ver SOARES, 1999; HELAL e GORDON, 1999; MURAD, 2000). Esta polêmica, bem como alguns dos comentários dos que se classificam como jornalistas sobre o hermetismo e falta de sensibilidade do trabalho acadêmico (ver, por exemplo, MÁXIMO, 1997) denunciam apenas o umbral de disputas sobre o direito de produzir os discursos de autoridade sobre o futebol no Brasil.

O discurso rebelde: vozes dissonantes

É nesse contexto de luta pelo direito de dizer que, do meu ponto de vista, devemos entender algumas formas da chamada “rebeldia” na história do futebol no Brasil.

Devo chamar a atenção, em primeiro lugar, que ocultamos, por trás deste rótulo, diferenças cruciais. O trabalho de José Paulo Florenzano (1998), por exemplo, sobre Edmundo e Afonsinho, demonstra que, embora submetidos e respondendo ao grande processo disciplinador que a todos atinge, estes personagens “rebeldes” do mundo do futebol brasileiro são construídos de modo distinto como “jogador-problema”.

Alguns são intencionalmente contestadores, críticos deste processo de disciplinarização que atinge, muitas vezes, todos os momentos da vida privada dos jogadores. Outros não são intencionalmente contestadores mas mantêm comportamentos e espaços de decisão pessoal que faz com que, frequentemente, estejam em choque com dirigentes, técnicos e muitas vezes, sob a mira de jornalistas esportivos. Considero que ainda sabemos muito pouco sobre tais processos de “rebeldia”, embora já se ampliem os estudos nesta direção. Contudo, uma característica comum aos que são rotulados como “rebeldes” no futebol brasileiro é o fato de

disputarem o direito de dizer: são, em geral, produtores constantes de discursos dissonantes, alimentando continuamente a imprensa com suas declarações contundentes.

Um exemplo paradigmático desta disputa pelo direito de produzir discursos sobre o futebol registra-se no caso de Romário, que analisei há alguns anos atrás (Guedes, 1998). Neste trabalho, pude registrar duas dimensões desta rebeldia. A primeira, mais óbvia, associada à sua adesão a um estilo de vida de classe trabalhadora. Sob tal aspecto, sua “rebeldia” é ser um homem rico que se comporta como um pobre: mantendo hábitos considerados como “incompatíveis” com seus rendimentos. Por exemplo, jogava *pelada* em campos de várzea e futevôlei na praia. Ou, ainda, mantinha-se fiel a amigos e locais de infância. Eu penso que é uma ousadia levar os valores de classe trabalhadora para os espaços burgueses.

Mas, me parece, esta não foi a ousadia maior de Romário. Na Copa de 94, sua rebeldia maior não estava em seu comportamento (ao contrário, foi até elogiado por isso). O que ele ousou foi disputar e concorrer pelo discurso autorizado, ousadia suprema num sistema representacional em que a posição do jogador é equacionada à do povo ou seja, do que “faz” mas não “pensa” ou “fala”. O jogador disciplinado, correto, como diz o ditado, *pensa com os pés*. Deve ser, portanto, mudo. Romário, na Copa do Mundo de 1994, não apenas jogou, mas falou o tempo todo e falou sobre o povo, identificando-se como alguém do povo⁶. Reivindicar o direito a este discurso, reivindicar-se como sujeito deste discurso – e não seu objeto, como para os dirigentes, os técnicos, os acadêmicos e os jornalistas – é, do meu ponto de vista, a sua indisciplina maior pois, com esta reivindicação diz que o *povo* não precisa de porta-voz. O *povo* pode jogar e pode também pensar por si mesmo.

Referências bibliográficas

ALABARCES, Pablo e RODRIGUEZ, Maria Graciela – Cuestión de Pelotas. Fútbol, deporte, sociedade, cultura. Buenos Aires: Atuel, 1996.

ANTUNES, Fatima M. Rodrigues Ferreira. “Com brasileiro não há quem possa”. Futebol e identidade nacional em José Lins do Rego, Mário Filho e Nelson Rodrigues. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

⁶ Esta disputa pela fala autorizada também pode ser registrada na carreira do fantástico argentino Maradona (ver ALABARCES e RODRIGUEZ, 1996).

BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas – A Construção Social da Realidade. Tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1973.

BOURDIEU, Pierre – *A linguagem autorizada. As condições sociais da eficácia do discurso ritual*. A Economia das Trocas Lingüísticas: o que falar quer dizer. São Paulo: Edusp, 1996.

BROMBERGER, Christian. *Football, la bagatelle la plus sérieuse du monde*, Paris: Bayard Éditions, 1998.

BROMBERGER, Christian. *Le match de football. Ethnologie d'une passion partisane à Marseille, Naples et Turin*. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 1995.

DAMATTA, Roberto – *Esporte na sociedade: um ensaio sobre o futebol brasileiro* em Roberto DaMatta (org.), Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Pinakothek, 1982.

FLORENZANO, José Paulo – *Afonso e Edmundo: a rebeldia no futebol brasileiro*. São Paulo: Musa Editora, 1998.

GUEDES, Simoni Lahud – O Brasil no campo de futebol: estudos sobre os significados do futebol brasileiro. Niterói: Eduff, 1998.

GUEDES, Simoni Lahud. *Tempo da nação: as Copas do Mundo como rituais nacionais brasileiros*. Comunicação apresentada à ANPUH Regional, Niterói, 2000.

HELAL, Ronaldo e GORDON, César – *Sociologia, história e romance da identidade nacional através do futebol*, Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 23, 1999, p. 147 – 174.

LENOIR, Remi et al. (orgs.) – *Société et Représentations. Football et sociétés*. Paris, Credhess, n. 7, 1998.

LOPES, José Sérgio Leite – *A vitória do futebol que incorporou a pelada*, em Revista USP. *Dossiê Futebol.SP*, n. 22, 1994, p. 64-83.

MÁXIMO, João, *Passe de primeira* em MATTOS, Cláudia, Cem anos de paixão: uma mitologia carioca do futebol. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MAZZONI, Thomaz – *História do Futebol no Brasil: 1894-1950*. São Paulo: Edições Leia, 1950.

MELO, Victor Andrade & ALVITO, Marcos (orgs.). *Futebol por todo o mundo. Diálogos com o cinema*. Rio de Janeiro: FGV, 2006

MURAD, Maurício – *Considerações possíveis de uma resposta necessária*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 24, 2000, p. 341-361.

MURAD, Maurício- *Dos pés à cabeça*. Elementos básicos de sociologia do futebol. Rio de Janeiro: Irradiação Cultural, 1996.

RODRIGUES FILHO, Mário – *O negro no futebol brasileiro*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

SANTOS, Joel Rufino dos. *História política do futebol brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SOARES, Antonio Jorge – *História e invenção de tradições no campo de futebol*, Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 23, 1999, p.119-146.

SOUZA, Denaldo Alchorne de – *O Brasil entra em campo: o mito de Leônidas da Silva e a construção da identidade nacional através do futebol*. Comunicação apresentada ao XXI Simpósio Nacional de História, ANPUH, 2001.